

ESPAÑA E A IRRESPONSABILIDADE DA ETA

por Mário Soares

É conhecido que sou um admirador - e um amigo - de Espanha e do Povo Espanhol. Nem todos os portugueses o são. Ainda existem, entre nós, muitos preconceitos e desconfianças relativamente aos "nuestros hermanos". Sem razão, quanto a mim.

Não me atrevo a dizer que conheço bem, mas conheço razoavelmente a cultura, as artes, as letras e a imensa criatividade do Povo Espanhol, nas suas diversas nuances nacionais e históricas. Na linha do segundo liberalismo português (1870) - de socialistas como Antero de Quental, José Fontana, Oliveira Martins, Batalha Reis e outros, com grandes ligações com Espanha - de um certo republicanismo iberista incipiente (1910-1926), que as circunstâncias políticas do tempo não ajudaram, e do pensamento anti-nacionalista (mas patriótico e universalista) dos melhores espíritos da Seara Nova, que considero meus mestres - como Raul Proença, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, António Sérgio - que julgo vital para Portugal como Estado-Nação, principalmente desde o 25 de Abril de 1974. Vital para desenvolver, a todos os níveis, as relações com os nossos vizinhos - a Espanha democrática e das Autonomias de hoje - e acentuar as convergências e os interesses geo-estratégicos, de Espanha e Portugal, nomeadamente depois da assinatura do Tratado de Adesão simultânea dos dois Estados ibéricos à CEE (Junho de 1985) hoje União Europeia.

Fiz, de resto, alguma coisa por isso, quando tinha responsabilidades políticas, no tempo de Adolfo Suarez, com a substituição do Pacto Ibérico, por um Tratado de Amizade e Consulta entre os dois Estados democráticos e com Felipe Gonzalez, antes e depois da nossa entrada para a Comunidade Europeia e sempre com a ajuda de D Juan, Conde de Barcelona, e de D. Juan Carlos, ambos grandes amigos de Portugal.

Espanha é um Estado plural, com várias nacionalidades histórias, por vezes conflituais, diversas línguas e maneiras de estar diferentes. Ao contrário de Portugal, que é um Estado-Nação unitário, com uma enorme coesão nacional. Daí haver tanta reflexão, aliás, notabilíssima, no país vizinho, sobre o que é a essência de Espanha. Cito alguns grandes nomes: Ortega y Gasset, que escreveu, nos anos vinte do passado século, um ensaio fulcral a "Espanha Invertebrada"; Lain Entralgo sobre "Espanha, como problema"; o historiador Cláudio Sanchez Albornoz, já no exílio, sobre "Espanha um enigma histórico", em polémica aberta com Américo Castro, o qual por sua vez escreveu livros ainda hoje tão actuais e interessantes, como: "A realidade histórica de Espanha", "Origens, ser e existir dos espanhóis" e "Espanha na sua história: cristãos, mouros e judeus".

Neste sentido, Portugal não é um país problema - nunca foi - como sublinhou, recentemente, com luminosa inteligência, o meu velho professor e amigo, Vitorino Magalhães Godinho, em dois artigos publicados recentemente no Jornal de Letras. E é oportuno que o tivesse feito, porque algum pessimismo português, que se tem manifestado em momentos de crise, desde os "Vencidos da Vida", talvez possa vir a lançar algumas dúvidas quanto a isso, sem razão de ser. De resto, certa Direita, intelectual, que desperta, joga, com alguma ambiguidade, essa carta... O projecto "Compromisso Portugal", inspirado nos chamados neo-cons americanos, é um exemplo disso.

Contudo, Portugal é um país onde a identidade nacional nunca esteve em causa, mesmo quando perdeu o império. Pelo contrário, o fim das guerras coloniais trouxe-nos uma certa euforia que se reforçou com a consolidação democrática e depois com a entrada na CEE. Ao invés do que sucedeu com os intelectuais e as elites espanholas com a perda de Cuba e a guerra civil, que pôs fim à II República.

Recentemente a Fundação Luso-Americana patrocinou a publicação de seis volumes antológicos do pensamento português coordenados pelo Prof. Pedro Calafate, que considero de grande utilidade para as jovens gerações portuguesas. Mas a colecção leva um título infeliz e ambíguo. Precisamente, "Portugal como problema".

A democracia espanhola, com a Constituição de 1978, como escreveu José Alvarez Junco, em "A nação post-imperial. Espanha e o seu labirinto identitário" (cito) - "reconheceu, por fim, a diversidade cultural de Espanha, estabelecendo um regime descentralizado, quase federal, baseado nas comunidades autonómicas". Nasceram, assim, os chamados "nacionalismos periféricos": Catalunha, País Basco (com características de intolerável violência introduzidas pela ETA), Galiza (ou seja: as três autonomias tradicionais da II República), às quais se juntaram, no plano reivindicativo, a Andaluzia, Baleares, Canárias e mesmo Rioja, Cantábria e Murcia.

Zapatero ao reconhecer a pluralidade de Espanha deu um passo corajoso e decisivo ao homologar o Estatuto de nacionalidade à Catalunha e ao encetar negociações para resolver, pacificamente, o problema basco, o mais complicado de todos, em virtude do seu carácter violento. Não se tratava de aceitar, como gritava a Direita "una España rota". Mas, pelo contrário, de criar condições para uma Espanha pacificada e segura de si, enriquecida pela sua pluralidade, talvez a caminho de um Estado Federal e pelo seu aprofundamento democrático, capaz de abrir as portas a uma ampla convergência ibérica, no quadro europeu.

Infelizmente, a irresponsabilidade da ETA, reivindicando a autoria do atentado do terminal 4 do aeroporto de Barajas, que vitimou dois equatorianos e produziu enormes estragos materiais, veio pôr em causa todo o processo de paz e dar, aparentemente, razão aos nacionalistas e centralistas espanhóis. Colocou o lehendakari, Juan José Ibarretxe e o próprio PNV numa posição difícil e deu um contributo inesperado (muito negativo) à crispação que estava a apaziguar-se no todo Espanhol, incluindo a própria Catalunha.

Por isso, fez bem o ministro do Interior Alfredo Pérez Rubalcaba ao dizer, em nome do Governo Zapatero, que "à ETA só resta um caminho: pôr fim à violência". Apesar da ETA declarar, contraditoriamente, que está decidida "a manter o cessar fogo unilateral, anunciado em 22 de Março último". O que, aliás, não faz qualquer sentido.

Porque recorreu então à violência, desbaratando, num só acto, todo o capital de confiança que tinha capitalizado, em Espanha e fora de Espanha? Só confrontações internas no seio da ETA podem, porventura, explicar um comportamento tão inconsequente e condenável. Zapatero foi claríssimo (na entrevista que deu ao El País, em 14 do corrente): "a partir de agora o que há a fazer é pôr fim à violência. É a primeira condição democrática que há que criar: pôr fim à violência".

Lisboa, 18 de Janeiro de 2007